

COMUNICAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EM BUSCA DE UM NOVO MODELO DE GOVERNANÇA AMBIENTAL.

Wilson da Costa Bueno (Brasil).¹

Resumo.

A gestão competente do impacto das mudanças climáticas passa, obrigatoriamente, pela definição de um novo modelo para o processo global de governança ambiental que, diferentemente do atual, não se restrinja a um grupo seletivo de países. A governança ambiental exige a participação e a mobilização de grupos organizados da sociedade e da opinião pública mundial de modo a neutralizar o lobby agressivo de empresas e setores comprometidos com o status quo. A comunicação desempenha papel estratégico nesse processo e deve ser implementada tendo em vista uma perspectiva inter e multidisciplinar, que privilegie o compromisso com a sustentabilidade, o respeito à diversidade cultural, a multiplicidade de demandas, a ética e a transparência.

Palavras-chave.

Mudanças climáticas - Governança Global – Comunicação Ambiental.

Abstract.

The competent managing the impact of climate change passes obligatorily by defining a new model for global environmental governance process that, unlike the current one, is not restricted to a select group of countries. The environmental governance requires the participation and mobilization of organized groups of society and of world public opinion in order to neutralize the aggressive lobbying of firms and sectors committed to the status quo. Communication plays a strategic role in this process and should be implemented with an inter and multidisciplinary perspective, with emphasis on the commitment to sustainability, respect for cultural diversity, the multiplicity of demands, ethics and transparency.

Key-words.

Climate Change – Global Governance – Environmental Communication.

Introdução.

A governança ambiental global, que inclui a gestão do processo de mudanças climáticas, se encontra, hoje, refém da articulação de um número reduzido de países e atende, prioritariamente, a interesses de grupos ou setores organizados que comungam uma perspectiva de curto prazo, absolutamente descomprometida com os valores da sustentabilidade. Esta realidade tem impedido não apenas que sejam tomadas decisões que contemplem a redução efetiva do impacto de ações danosas ao meio ambiente e à qualidade de vida, mas que os acordos celebrados em eventos de alcance mundial sejam colocados em prática, como ocorreu com o Protocolo de Kyoto.

A alteração deste cenário depende, necessariamente, de uma radical mudança de postura frente aos desafios ambientais, respaldada em uma nova proposta de articulação entre as nações, que contemple todos os interesses em jogo e que, sobretudo, privilegie o compromisso com o futuro do planeta. Ela será viabilizada a partir de um novo *ethos* comunicacional, comprometido com os princípios de uma autêntica democracia planetária, que incorpore os atributos da cidadania ambiental, da comunicação libertária, sempre atenta à ação dos lobbies empresariais e dos vieses ideológicos que, tradicionalmente, boicotam o debate democrático e esvaziam as soluções identificadas com o interesse público.

O artigo detalha a trajetória do atual processo de governança ambiental em vigor, evidenciando as suas falhas e apresentando alternativas para a construção de uma nova realidade. Ele se apóia na reflexão e na experiência de especialistas que, ao longo do tempo, têm se debruçado sobre a problemática ambiental, quase sempre críticos em relação a esta proposta de coordenação global, marcada pelo centralismo e pela estreita vinculação a interesses privados. O artigo parte do pressuposto de que somente com a vontade política de lideranças mundiais, o protagonismo dos movimentos sociais e dos grupos organizados, potencializado pela existência de uma rede formidável e ativa de interações, esta mudança poderá ter início e levar à superação do impasse ambiental.

Os descaminhos da governança ambiental.

Não há dúvida de que o enfrentamento competente das questões que tipificam o desafio ambiental (impacto das mudanças climáticas, a erosão da bio e sócio diversidade, a poluição da água, do ar, do solo, a segurança alimentar etc.) demanda a emergência de algumas soluções globais a curto, médio e longo prazos.

Ao que parece, no entanto, empresas e governos apostam em um tempo bastante elástico para prover estas soluções, buscando, com a adoção de medidas marcadamente cosméticas, postergar providências que implicam, necessariamente, em mudanças profundas na forma de organizar os processos políticos, econômicos e sócio-culturais.

Na prática, urge implementar uma governança ambiental global em que investimentos e ônus associados, por exemplo, à gestão das mudanças climáticas sejam compartilhados por todas as nações, pertençam elas ao chamado grupo hegemônico ou periférico.

É fácil perceber que os avanços, quando existem, têm sido insuficientes para frear as consequências dramáticas que se avizinham em um futuro próximo, decorrentes da compreensão equivocada e da gestão não competente dos desafios ambientais.

Às vésperas de mais um encontro dos líderes mundiais (a COP 21, em Paris, em novembro de 2015), para a análise do cenário que caracteriza o impacto das mudanças climáticas no planeta, é possível perceber a falta de sintonia, as disputas fora do tempo e do lugar, e a desconfiança recíproca entre os interlocutores, o que inviabiliza a prevalência de um diálogo franco e produtivo tendo em vista a adoção de uma política global. Essa postura que tende à inércia se arrasta há mais de 40 anos e tem impedido, inclusive, o dimensionamento correto deste importante desafio planetário.

José Eli da Veiga (2013, p.14) lembra que a constituição de uma governança global voltada para o desenvolvimento foi pensada já na implantação da Liga das Nações, entidade que antecedeu a ONU e criada no início da década de 20 do século passado. Decorrido quase cem anos, ela não fez frutificar mais do que tímidas iniciativas ou práticas de cooperação plurilateral. Muitas delas estiveram circunscritas a momentos episódicos, identificados com a ocorrência de crises globais, quase sempre com impacto econômico-financeiro, como as crises de petróleo, no final da década de 60 e início de 70; a crise asiática em 1997 e a crise financeira de 2008, para só citar algumas delas.

A coordenação desta perspectiva multilateral esteve inicialmente restrita a um pequeno e seletivo grupo de nações, como o G6, criado em 1975, com a participação da Alemanha, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido, que se transformou, um ano depois, em G7, com a entrada do Canadá, e mais de vinte anos depois em G8, com a adesão da Rússia, em 1997. Somente há poucos anos, os chamados BRICs (Brasil, Índia, China e África do Sul), mais 7 países – Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México e Turquia – juntamente com a União Europeia, vieram a constituir uma coordenação maior – o G20, que, desde 2008, já realizou mais de 10 reuniões de cúpula. Estes encontros apenas residualmente contemplaram a questão ambiental, ainda que o de 2008 tenha estabelecido um compromisso com os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançados pela Declaração da Assembléia da ONU em 2000.²

É preciso ressaltar que a reunião de Cúpula, realizada em Los Cabos (México), em 2012, promoveu um debate sobre o “crescimento verde inclusivo” (*inclusive green growth*), assumido, no entanto, de maneira bastante tímida e genérica, como lembra José Eli da Veiga (2013, p.23-4). Na Rio+20, outra expressão ganharia corpo – a economia verde, de que tem resultado leituras e interpretações bastante distintas, controversas, e muitas vezes contraditórias.

José Eli da Veiga adverte para o fato de que essas duas abordagens têm em comum “a propensão de evitar um dos mais cruciais desafios do desenvolvimento, a grave questão das desigualdades” (2013, p.30).

A governança ambiental global deve considerar que há uma correlação positiva entre a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades, e entre a redução das desigualdades e as perdas ambientais. Logo, a superação das desigualdades não pode ser tratada como um tema marginal, mas fundante, se efetivamente houver uma disposição política e uma boa vontade para o enfrentamento dos desafios ambientais.

As disparidades entre os países mais ricos e os mais pobres ainda são enormes e têm se aprofundado, se estivermos atentos a uma série de dados disponíveis, por exemplo: Em 1989, as populações dos quinze países mais ricos tinham um nível de vida quarenta vezes superior ao das populações dos quinze países mais pobres e, em 2006, essa relação havia chegado a sessenta vezes (Veiga, 2013, p. 35).

A solução não pode ser apenas cosmética, consolidada, de maneira limitada, em ajuda, cooperação ou assistência porque essas medidas não encaram de frente o problema das desigualdades e enfrentam graves resistências em função do desvio recorrente dos recursos destinados para combatê-las (sobretudo pela corrupção nos países pobres, por exemplo) e mesmo pelo questionamento, que se manifesta internamente nos países doadores, com o argumento de que a prioridade deveria ser a superação das suas próprias desigualdades. No Brasil, este é um discurso frequente, assumido pelas oposições e pela elite nacional, toda vez que o país se dispõe a colaborar com países pobres ou emergentes, o que representa, no mínimo, uma perspectiva egoísta, mesquinha, e contrária a uma proposta de solidariedade planetária. Pode-se aceitar também a tese de que essa ajuda, quando respaldada em motivos políticos ou ideológicos (favorecendo os chamados parceiros estratégicos), tem contribuído para a manutenção de ditadores e regimes de exceção.

A governança ambiental, posta à prova ao longo de várias décadas, sempre oscilou entre a tentativa de preservar a liderança dos países mais ricos e a cada vez mais reconhecida necessidade de incorporar as nações terceiro-mundistas, dando-lhes voz e as elevando à condição de protagonistas.

Ainda que a responsabilidade pelas emissões, ao longo do tempo, tenham a ver principalmente com o descontrole dos países ricos, as nações países pobres ou emergentes tendem, também, a aumentar proporcionalmente a sua responsabilidade no agravamento do problema.

O importante é perceber que as propostas globais devem levar em conta que há perspectivas distintas quando se considera a degradação do meio ambiente: ela está associada nos países ricos ao modelo de desenvolvimento, enquanto em outras nações ela se vincula ao subdesenvolvimento e à pobreza. Além disso, os acordos globais têm sido dificultados porque a adoção de determinados mecanismos de mitigação ou controle das emissões pode afetar os interesses de grandes corporações ou de setores industriais. Ademais, em certos casos, a adesão a tais acordos pode efetivamente criar dificuldades para as exportações dos países em desenvolvimento (esse fato é mais contundente para aqueles que geram receita sobretudo a partir da venda de commodities – minério, grãos etc.). Acresce-se a estes fatos, a carência de recursos, na maioria das nações, para a mudança de inúmeros fatores que hoje impactam o aquecimento global, como a alteração da matriz energética baseada nos combustíveis fósseis ou o combate ao desmatamento. Não se pode ignorar, ainda, uma realidade: no momento, a governança ambiental global permanece atrelada a um Programa (PNUMA)³ que não tem tido, pelo seu status (não se constitui, como seria o ideal, em uma agência especializada) autoridade suficiente para fazer valer uma perspectiva planetária porque sofre pressões de toda ordem para atender a interesses localizados em determinados países hegemônicos.

Isso não significa que, desde a sua criação, na década de 70, a atuação do PNUMA não tenha produzido conquistas importantes, a maior delas a mobilização global para a recuperação da camada de ozônio na atmosfera terrestre, com a ratificação do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio e que envolveu dezenas de países. A importância desta coordenação pode ser medida pelo fato de que os países que firmaram esse acordo, pela mediação competente do PNUMA, representam, em conjunto, mais de 90% da produção e consumo dos clorofluorcarbonos (CFCs) e outras substâncias nocivas.

Não é lícito ignorar também que foi uma parceria entre o PNUMA e a WMO (Organização Meteorológica Mundial) que propiciou, em 1988, a criação do Painel das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

É certo que a governança global, em muitos momentos, acabou se desarticulando porque disputas e desentendimentos encaminharam a questão do aquecimento global a um impasse, ainda que, intempestivamente, tenha sido festejado em dezembro de 1997, a assinatura do Protocolo de Kyoto, um acordo bastante frágil, que se mostrou pouco efetivo para equacionar o problema dramático das emissões. O passar do tempo evidenciou que os compromissos ali assumidos, e que não incluíram nações importantes, como os EUA, não foram colocados em prática e que a boa vontade explícita nas promessas feitas à época, de alguma forma, redundou em fracasso porque interesses particulares se sobrepujaram a ações concretas para o enfrentamento da questão.

José Eli da Veiga (2013, p.62-3) explica que o equívoco decorrente da aceitação do Protocolo de Kyoto como uma solução autêntica representou uma verdadeira “Vitória de Pirro”. No fundo, como é possível avaliar depois de mais de uma década da assinatura deste acordo, ele serviu apenas para acomodar os ânimos, preservar os interesses de países e setores hegemônicos, agravando o cenário das mudanças climáticas de modo a tornar, agora, o problema do controle das emissões mais dramático.

Com o acirramento das tensões entre o Sul e o Norte e a decisão do senado americano de vetar a ratificação do acordo, com a alegação de que as medidas a serem adotadas para mitigar o problema das emissões representavam prejuízos insuportáveis para determinados setores, um esforço significativo em prol da governança ambiental global acabou perdendo força. O impasse, apesar do discurso, conduziu a governança global, focado na questão das mudanças climáticas, a uma inércia, abrindo espaço apenas para acordos, convenções e ações independentes que, concretamente, legitimaram a ineficácia do esforço coletivo.

Novas coalizações se formaram, todas elas amarradas a interesses nacionais ou regionais, tornando mais difícil a articulação para uma tomada global de decisões, contribuindo, desta forma, para o esvaziamento de uma legítima e necessária mobilização planetária.

O esforço em prol do estabelecimento de uma governança ambiental global, pelo embate de interesses, pela predominância do interesse econômico-financeiro e político, tem sido, de tempos em tempos, esvaziado, constituindo-se em um discurso que apenas se acentua às vésperas dos encontros mundiais e em uma prática que se desmaterializa a partir do momento em que ações legítimas de enfrentamento do problema ambiental são levadas ao centro das discussões.

As mudanças climáticas e a racionalidade capitalista.

A complexidade da questão, vista sob uma perspectiva global, acaba por gerar limitações do esforço em ciência, tecnologia e inovação para impedir que o cenário das mudanças climáticas não se torne mais dramático nas próximas décadas. Já não se tem certeza, por exemplo, de que o corte das emissões em 50% ou mais, até a metade do século XXI, conseguirá impedir que a temperatura média da Terra se eleve em dois graus centígrados. Sem entrar em detalhes, porque este não é o objetivo deste artigo, o que mais se acredita é

que a concentração do dióxido de carbono, em partes por milhão em volume (ppm de CO₂) não deva superar os 350 ppm e que o forçamento radioativo⁴ fique próximo de apenas 1 watt por metro quadrado. Uma análise bastante abrangente e lúcida da questão do aquecimento global pode ser encontrada em Oliveira (2008), com a indicação dos fatores que integram o sistema climático, com atenção ao processo de evolução das forçantes radioativas.

Sabe-se também que será necessário reduzir a utilização do nitrogênio, a erosão da biodiversidade, a concentração de aerossol na atmosfera, a contaminação química, a escassez hídrica, o despejo de fósforo nos oceanos, o desmatamento das florestas, mas, apesar de dezenas de reuniões, estudos e declarações contundentes de especialistas e governantes, as saídas concretas para a crise próxima não estão estabelecidas e o consenso está longe de ser obtido. A governança ambiental global, assim fragilizada, não conseguiu ao menos impedir que se cristalice a idéia de que o talento humano trará soluções para os diversos problemas ambientais, inclusive o do aquecimento global, como se pode depreender do manifesto recém lançado por integrantes do movimento intitulado ecomodernismo. Segundo eles, que não negam os danos causados pela ação humana ao planeta, o ser humano será capaz, com o seu talento e engenhosidade, de superar os grandes desafios ambientais, uma visão otimista, não compartilhada pelos que acreditam que os prejuízos não poderão ser atenuados apenas pelo progresso técnico e que o atual modelo de governança global não está efetivamente comprometido com essa superação.⁵

Na verdade, apólogos da Economia Verde, sem os fundamentos necessários, têm provocado otimismo com respeito a uma pretensa compatibilidade entre o crescimento econômico e a sustentabilidade, embora elas se situem num plano mais teórico do que real. O importante a se considerar é que o tempo tem sido desperdiçado no combate ao aquecimento global, cujas consequências se aprofundam, com repercussões econômicas, financeiras e sociais palpáveis (é ilustrativo lembrar da legião crescente de refugiados ambientais, das

catástrofes climáticas, das ameaças à produção agrícola e à disponibilidade de água, por exemplo).

O otimismo, com fundamentos meramente tecnicistas, pode conduzir à inércia porque ele se respalda numa perspectiva messiânica. É fundado o receio de que os países poluidores, em virtude de disputas e resistências internas, como a dos republicanos nos EUA, estarão dispostos a enfrentar efetivamente o problema do aquecimento global, apenas quando a catástrofe for iminente. É lícito duvidar se o talento humano, quando esta vontade política se tornar real, conseguirá prover soluções efetivas em tempo hábil. Se mantido o ritmo lento, fruto das marchas e contramarchas da governança ambiental global, é certo que milhões de pessoas poderão padecer e que o sistema que subsidia a qualidade de vida, em escala planetária, poderá se aproximar rapidamente do colapso.

Pode-se perceber, com facilidade, que o modelo de desenvolvimento, mesmo quando contemplamos alguns aspectos favoráveis, como o maior consumo de alimentos pela população mundial, importante na estratégia global de combate à fome, impacta dramaticamente o ecossistema. Assim, pelas características peculiares do sistema agroalimentar mundial, baseado na produção intensiva de determinadas commodities e na expansão da fronteira agrícola, torna-se inevitável o desequilíbrio crescente do balanço energético. Em termos práticos, a produção agrícola tem efetivamente crescido (824 milhões de toneladas em 1960 e quase 2,2 bilhões de toneladas em 2010) mas à custa de sementes engenheiradas que foram potencializadas pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, com a correspondente ameaça à biodiversidade, com a substituição e descarte agressivo das sementes tradicionais, como acontece com a cultura do milho, no México e em outras regiões da América Latina. É ilustrativo citar também o caso da pecuária que, extensiva em países como o Brasil (há mais cabeças de gado do que seres humanos), evidencia um déficit energético formidável. Para produzir um quilo de carne, são necessários 9 quilos de produtos vegetais, mas esse desequilíbrio é também notado na produção da carne suína (4 quilos de produtos vegetais para um quilo de carne) e de aves (2

quilos de produtos vegetais para um quilo de carne), como aponta Ricardo Abramovay (2012), mas esse não é o único problema: a pecuária representa cerca de 18% de todas as emissões mundiais de gases de efeito estufa e, isoladamente, responde por mais da metade das emissões no Brasil. Ela está estritamente identificada com o desmatamento do Centro-Oeste e do Norte brasileiros, fato que potencializa o aumento do aquecimento global. O problema do impacto da agropecuária no meio ambiente, em particular no aquecimento global, é significativo e esta atividade continua crescendo, a uma taxa superior a 1,5% ao ano, no século XXI. Como adverte Abramovay (2012, p.122-3):

...é sempre bom ter em mente que os 30% da superfície terrestre dedicados à pecuária eram ocupados, originalmente, por rica biodiversidade. Claro que a exploração humana dessas paisagens exige sempre algum nível de alteração de seus ecossistemas. O problema é que a pecuária é a maior responsável direta pela degradação da biodiversidade no planeta. Dos 35 ambientes mais importantes do mundo em riqueza biológica, nada menos do que 23 estão amplamente ameaçados pela pecuária. E o problema não está apenas na produção de carnes vindas de animais terrestres: de cada dez atuns, tubarões ou outros grandes peixes predadores que habitavam os oceanos na primeira metade do século 20, hoje há somente um. A situação é tão extrema que os pesquisadores do Fisheries Centre da Universidade de British Columbia (Canadá) não hesitam em falar de “guerra de extermínio” ao caracterizarem as atividades pesqueiras atuais.

O modelo de desenvolvimento voltado para a produção de alimentos não penaliza apenas o meio ambiente mas tem impacto importante na saúde e na qualidade de vida porque a ela está associado o aumento vertiginoso da obesidade e de doenças decorrentes do aumento de peso, pela ingestão de produtos não saudáveis. Segundo a ONU, a quantidade de anos de vida perdidos em virtude das doenças associadas à obesidade (150 milhões) se aproxima dos devidos à fome (200 milhões) e representa o dobro dos estimados para o impacto das doenças sexualmente transmissíveis. Se considerarmos que o número de obesos tende a aumentar e que supera já o de famintos em todo o mundo, esta perda inestimável de vidas relativa ao consumo inadequado de alimentos será, em pouco tempo, o problema maior da humanidade (Abramovay, 2012, p.72).

Pode-se admitir que o esforço para o aumento da ecoeficiência tem sido razoável, com a incorporação positiva de um número gradativo de empresas, mas este empenho louvável esbarra no modelo de desenvolvimento que está refém de estruturas e alternativas para atender os interesses de grandes corporações e governos. Assim, embora estejam sendo implementados projetos para o desenvolvimento de energias alternativas aos combustíveis fósseis, reconhecidamente identificados como fatores determinantes do aquecimento global, não tem havido, respectivamente, redução do consumo de petróleo, muito pelo contrário. A produção mundial aumentou, segundo Abramovay (2012, p.101) a uma média de 0,9% ao ano, entre 1973 e 2010, e o consumo a uma taxa de 1,5 anual no mesmo período. Em 2011, o consumo de petróleo (88 milhões de barris diários) foi superior em mais de 2 milhões de barris diários ao do ano anterior.

Como o custo de exploração de petróleo tem aumentado ao longo do tempo de forma progressiva, o fato de ele representar o elemento mais importante da nossa matriz energética trará, irreversivelmente, consequências desastrosas para o preço das mercadorias. As energias alternativas ainda representam pouco mais de 13% desta matriz energética (em sua maioria associada à biomassa para cozinha e aquecimento) e outras opções, como o carvão, largamente utilizado em todo o mundo, representam riscos maiores do que o próprio petróleo.

Durante a última década o consumo global de carvão nos Estados Unidos, na Índia e na China (que se tornou grande importadora do produto) aumenta de forma impressionante: para produzir cada unidade do PIB mundial, gasta-se cada vez menos petróleo. Ou para usar a expressão técnica: cai a intensidade do PIB em petróleo. No caso do carvão, cada unidade de riqueza produzida nos últimos anos depende do uso de quantidade cada vez maior deste que é o mais poluente dos combustíveis fósseis. Por esta razão, a primeira década do milênio é conhecida pela triste expressão “coal revival”, em contraste com o avanço do gás (o menos sujo dos combustíveis fósseis), que marcou os anos 90. A China sozinha instalou mais usinas a carvão, durante os anos 2000, a cada ano, que a capacidade instalada em todo o Reino Unido (Abramovay, 2012, p.109).

Tal cenário evidencia que o mundo dependerá, apesar da nossa vontade em contrário, dos combustíveis fósseis e o processo de descarbonização, por isso, será mais lento do que se poderia desejar. Ainda que a eficiência energética esteja melhorando e possa ter gradativamente novos ganhos, a produção e o consumo do petróleo permanecerão em crescimento, como decorrência natural do aumento populacional, do aumento de renda mundial e da ascensão das classes menos favorecidas em determinados países.

A racionalidade capitalista não estabelece condições propícias para o enfrentamento do desafio ambiental porque ela

instrumentaliza a racionalidade científica e tecnológica para atender a interesses de governos e corporações, buscando sobretudo maximizar o retorno dos investimentos. Nesta lógica perversa, que privilegia a obtenção de resultados, pouco importa que a busca pela eficácia de ações e processos impacte o meio ambiente e a qualidade de vida.” (Bueno, 2012, p. 5).

Leff (2006) lembra que “é preciso ter presente que a sociedade capitalista gerou um crescente processo de racionalização formal e instrumental que moldou todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. “ (Leff, 2006, p.124-5) e conclui, de forma contundente:

A racionalidade capitalista tem estado associado a uma racionalidade ‘científica que incrementa a capacidade do controle social sobre a realidade, e a uma racionalidade tecnológica que assegura uma eficácia crescente entre meios e fins. A problemática ambiental questiona a legitimidade da racionalidade social construída sobre as bases de uma racionalidade científica entendida como o instrumento mais elevado da racionalidade, capaz de resolver, a partir de seu crescente poder de predizer , as “irracionalidades” ou externalidades do sistema. (Leff, 2006, p. 128).

Definitivamente, a aposta em uma solução eminentemente técnica não faz sentido porque toda técnica embute uma intencionalidade, como apregoava Milton Santos, em A natureza do espaço (1996), e esclarece Porto-Gonçalves (2004, p.37):

Uma crítica à técnica, mesmo que a uma técnica específica, é, sempre, uma crítica às intenções nela implicadas e, assim, se introduz uma tensão, uma dubiedade, lá mesmo onde se acreditava haver uma ação simplesmente racional e unívoca e, por isso, inquestionável. Entretanto, toda técnica, sendo meio, está a serviço de um fim, seja um arco-e-flecha, seja uma enxada, seja um míssil!

Tendo em vista a solução dos desafios ambientais, entre os quais se inclui o impacto das mudanças climáticas, Porto-Gonçalves é contundente:

A superação do desafio ambiental contemporâneo, com certeza, exigirá técnicas e, para isso, muitas das técnicas atuais serão assimiladas nesse processo, até que novas e outras sejam instituídas. Entretanto, sejam quais forem as técnicas, abrigarão em seu seio relações sociais e de poder. Afinal, se a técnica é meio, é preciso termos consciência dos fins que elas comportam; e, sendo a técnica uma busca de eliminação do acaso em nossas ações, por meio dele sempre procuramos exercer um maior controle dos procedimentos e, assim, é nos procedimentos, tal como nos ensinara Michel Foucault, que se fazem as relações de dominação, de poder. As relações técnicas traduzem, em linguagem própria, as relações de poder da sociedade. (Porto-Gonçalves, 2004, p. 44).

A governança ambiental global passa por essas contradições inerentes a um sistema que é coordenado externamente por interesses que não se afinam com a sustentabilidade, embora o discurso predominante nas empresas e nos governos a proclame de forma persistente. Ela precisa ser construída em outras bases, de modo a resgatar uma nova dimensão para o saber (e o fazer) ambiental, reposicionando conceitos importantes para forjar uma autêntica epistemologia da sustentabilidade, como a qualidade de vida, a interdisciplinaridade, a produtividade agrícola e a segurança alimentar, dentre muitos outros.

A governança ambiental global, que hoje vigora precariamente, está amarrada a um conjunto desordenado de conhecimentos que, no fundo, negam o meio ambiente e se vinculam a uma visão colonialista de ciência e tecnologia, que apenas legitima a prevalência de interesses privados ou nacionais (sobretudo econômicos, financeiros e ideológicos) sobre o interesse planetário.

A saída está em buscar desconstruir esta racionalidade ambiental vigente e que se funda numa racionalidade eminentemente produtiva que, como denunciam Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006), promove o surgimento de um neoliberalismo ambiental que contempla a natureza como *commodity*:

A natureza é traduzida em linguagem mercantil. A Terra, embora não seja uma mercadoria, é tratada como se fosse. Cada vez mais se fala em *commodity* ambiental. Tudo deve ser transformado em dinheiro, lógica mercantil que, sabemos, abstrai-se do mundo na sua materialidade (p.126).

Como acentua Leff (2010), é indispensável construir uma nova racionalidade que nos permita projetar um futuro sustentável e, para que isso ocorra, algumas mudanças fundamentais precisam ser implementadas:

Para construir a sustentabilidade é necessário desconstruir as estruturas teóricas e institucionais, as racionalidades e ideologias que favorecem os atuais processos de produção, os poderes monopolistas e o sistema totalitário do mercado global, para atrair canais em direção a uma sociedade baseada na produtividade ecológica, na diversidade cultural, na democracia e na diferença. (Leff, 2010, p.79).

Estas mudanças para a indução de um novo modelo de governança ambiental requerem, necessariamente, considerar novos processos de comunicação, que se caracterizam por novas atributos e que incorporem novos atores.

A Comunicação para uma nova governança ambiental-

A comunicação para o futuro sustentável, que contemple ações, estratégias, processos, canais e redes de relacionamento focados na superação do dilema climático, precisa ser reorganizada de modo a inverter o modelo vertical que tem sido posto em prática em nome de uma governança global que se constitui em um simulacro de democracia.

Ela não pode estar refém de um grupo seletivo de países e autoridades e se manifestar episodicamente a partir da convocação de reuniões eventuais que, com a pretensão de decidir temas complexos a curto prazo, contribui para esvaziar reivindicações legítimas, escamoteando soluções que precisam ser assumidas globalmente e realizadas localmente, de forma duradoura e competente.

Algumas mudanças a curto prazo já têm sido notadas, como a ampliação do protagonismo das Organizações do Terceiro Setor (ONGs), as inúmeras parcerias entre empresas, ONGs e entidades que representam a sociedade civil, as decisões de instâncias locais para que as metas que atenuam o impacto das mudanças climáticas (redução das emissões) sejam definidas e efetivamente cumpridas, e assim por diante.

José Eli da Veiga (2013) reconhece a ascensão de uma “semiperiferia”, que tem engendrado um movimento para pluralizar o debate, evitando que ele permaneça amarrado à tradicional oposição Norte-Sul, com sua repetitiva e tediosa agenda. Ele se refere tanto aos “secretariados”, instâncias burocráticas criadas para “gerir as inúmeras sobreposições que resultaram da forte proliferação de convenções, protocolos e aditivos que caracteriza o processo político multilateral do meio ambiente” (p.75), como às ONGs, segundo ele, um “componente extraoficial e barulhento... aceitas como interlocutoras da sociedade civil” (p.76). Ele acrescenta:

Até a Rio-92 essa participação se restringia a um pequeno grupo de grandes ONGs internacionais credenciadas pelo ECO-SOC. Depois desse encontro as ONGs saíram das galerias reservadas a distantes observadores para ocupar de forma ampla e sistemática um papel muito ativo em praticamente todos os entendimentos multilaterais sobre as instituições que regulam os problemas ambientais. (Veiga, 2013, p. 76).

A presença expressiva das ONGs, particularmente de algumas delas, não é, no entanto, reconhecida de forma positiva por todos os que se detêm sobre a questão ambiental, sejam eles governos, empresas ou estudiosos do tema.

Porto-Gonçalves (2006), particularmente, é bastante crítico em relação à atuação das ONGs, julgando que “o elogio da flexibilização e maior capilaridade das ONGs parece compor o ideário neoliberal” e que muitas delas têm sido instrumentalizadas pelas “grandes corporações empresariais que procuram financiar projetos específicos através dos quais, mais do que as causas implicadas, procuram viabilizar seus interesses” (p.71). Ele explica (2006, p.71):

Esse é bem o caso de empresas do setor de petróleo que, apesar de contribuírem em muito para o aumento do efeito estufa, financiam pequenos projetos de sequestro de CO₂, aproveitando-se de muitos universitários desempregados por meio de estímulo à criação de ONGs. Assim, em nome de boas causas, começa-se a legitimar o trabalho precário, na medida em que a maior parte dos que militam em ONGs não têm direitos sociais garantidos e dependem de novos financiamentos, colocando-se, frequentemente, na dependência da agenda dos financiadores.

Porto-Gonçalves (2006, p.71-6) advoga a tese de que há um deslocamento do poder político por parte dos sindicatos, dos partidos e de outros organismos de representação política da sociedade civil, ao mesmo tempo que há um empoderamento especialmente das grandes ONGs internacionais que se colocam como mediadoras inclusive em confrontos nacionais, com o conseqüente esvaziamento da influência política local. Por sua capacidade de articulação e pela sua competência em comunicação, essas ONGs acabam, segundo ele, por “fragilizar a sociedade civil tradicional”:

As ONGs são entidades que não têm mandato nem representatividade política. Com isso, contribuem para dissociar a relação de por entre a população e seu território – todo o poder emana do povo (de um território) e em seu nome será exercido (por meio das instituições do Estado). Há, assim, uma dissociação entre o lugar onde os problemas são vividos e o lugar de sua organização política, fortalecendo, cada vez mais, o papel de terceiros – as ONGs – como mediadores. (p.71)

Embora se possa reconhecer, como Porto-Gonçalves (2006), a perda gradativa do vínculo entre os interlocutores que fazem a mediação do debate de temas relevantes da pauta ambiental local e o espaço geográfico onde eles ocorrem, não se pode ignorar que esses

novos atores têm contribuído para mobilizar entidades e cidadãos em todo o mundo para os desafios ambientais, em particular o impacto das mudanças climáticas, objeto deste artigo. Há que se considerar, ainda, outros protagonistas desse processo pelo seu empenho em ampliar o debate ambiental, portanto atuantes como comunicadores ambientais. Este é o caso das entidades que representam empresários progressistas, trabalhadores, advogados, jornalistas profissionais e grupos ambientalistas, dentre outros, que constituem espaços de influência importantes a nível local, regional, nacional e internacional.

Pode-se, em muitos casos, entender essa comunicação engajada como uma manifestação autêntica do que se pode chamar de ativismo ambiental, potencializado pelas mídias sociais que, parodiando Manuel Castells (2013), constituem autênticas “redes de indignação e esperança”. Ela se multiplica em blogs, fanpages e repercute, quase instantaneamente, manifestos, protestos e documentos que têm como foco as questões ambientais, ao mesmo tempo que convoca os cidadãos do mundo para a instalação de uma “assembleia planetária” com o objetivo de julgar decisões ou posturas que afetam a relação entre o homem e a natureza.

Com ou sem a mediação das ONGs, esse processo ampliado de comunicação ambiental se articula nas mídias sociais por cidadãos investidos de uma consciência planetária, que postam mensagens no Twitter ou no Facebook ou mesmo compartilham vídeos sobre temas ambientais, a maioria dos quais assumindo um tom de denúncia e de alerta, representando, na prática, um convite ao enfrentamento dos predadores ambientais.

A tomada gradativa de consciência sobre a ineficácia do modelo atual de governança ambiental global contribui para multiplicar iniciativas que têm como objetivo manter o debate aceso e para propor soluções e mecanismos de pressão, que se intensificam em determinados momentos, como o de ocorrência de crimes ambientais ou da realização de grandes eventos, como as reuniões de cúpula sobre mudanças climáticas.

Alguns exemplos podem ilustrar este momento de reorganização do processo de governança ambiental, todos eles com o objetivo de favorecer a descentralização das decisões e de fortalecer o poder político local.

Mais de 50 empresas e entidades, locais, nacionais ou internacionais, criaram, em junho de 2015, um movimento intitulado Coalizão Brasil pelo clima, pelas florestas e pela agricultura, firmando um compromisso de encaminhar sugestões tendo em vista a COP21, em Paris, em novembro desse mesmo ano. Entre as recomendações, que se pretende sejam assumidas pelo governo brasileiro e levadas para a reunião em Paris, está o compromisso de manter as emissões per capita abaixo da média global após 2020, com atenção especial à redução do desmatamento, responsável no Brasil por mais de 50% do total de emissões.

Embora o documento da Coalizão repita os vícios já apontados por José Eli da Veiga (2013) e outros estudiosos, por não tratar a questão das desigualdades, e continuar insistindo em monetarizar a natureza, como adverte Enrique Leff (2010), é de se saudar que ela tenha reunido um grupo heterogêneo de representantes (agroquímicas, ONGs respeitáveis e combativas, entidades acadêmicas e de pesquisa) para propor medidas concretas para redução das emissões de gases de efeito estufa.

Pode-se citar também a decisão da justiça da Holanda, em junho de 2015, determinando que o governo do país reduza a emissão de gases de efeito estufa em 25% até 2020, concretizando uma proposta da ONG ambiental Urgenda que, em 2013, junto com 900 cidadãos holandeses, entrou com um processo judicial contra o governo, acusando-o de negligência por não seguir a recomendação do IPCC de evitar o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas. Essa decisão, fruto de ampla mobilização, é resultado de um processo competente de comunicação e ativismo político-ambiental, e poderá ser ampliada, a curto prazo, para outros países, como a Bélgica e a Noruega, que já se defrontam com a mesma situação. A divulgação imediata e abrangente da decisão da Justiça holandesa, pelos meios de comunicação tradicionais em todo o mundo, ampliada pelas mídias sociais, pode,

segundo os especialistas, pressionar os líderes das duas centenas de nações que estarão reunidos em Paris, no final de 2015, para que não assinem um protocolo que repita o fracasso de Kyoto.⁶

O novo modelo de governança ambiental, diferentemente do tradicional, exige, cada vez mais, a descentralização das instâncias de debate, incluindo os saberes não científicos, na construção, como prega Enrique Leff (2010), de uma outra economia, uma economia humana que se instaura a partir de outro paradigma produtivo, que “têm como alma os valores culturais”. É preciso resgatar e fortalecer o diálogo de saberes tendo em vista a trajetória para um futuro sustentável, como ensina Leff (2010):

A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural... O diálogo de saberes abre, assim, uma nova perspectiva para compreender e construir um mundo global – outro mundo possível – fundamentado na diversidade cultural, na coevolução das culturas em relação com seus territórios biodiversos, em uma proliferação do ser e em uma convivência na diferença. (Leff, 2010, p. 95-6).

A comunicação para a nova governança ambiental é avessa às monoculturas da mente, como esclarece Vandana Shiva (2003), que postulam uma visão única do mundo, estéril como as sementes que não se reproduzem, concebidas por empresas como a Monsanto, e que, portanto, não permitem sua multiplicação, seu compartilhamento, porque pensadas para legitimar um monopólio.

A comunicação para esta nova racionalidade ambiental, fundada na complexidade e na diversidade cultural e, portanto, na multiplicidade de soluções para a questão ambiental, precisa ocorrer em vários níveis e não apenas se manifestar, episodicamente, por ocasião das reuniões de cúpula ou durante as crises, envolvendo um grupo seletivo de autoridades. Mesmo porque, no caso das mudanças climáticas, a crise não é circunstancial, mas permanente. Como adverte Enrique Leff (2010):

Hacia una transición en las prácticas comunicativas ante la irreversibilidad del cambio climático, el previsible fin del petróleo fácil y la escasez de recursos
Número 91 Septiembre – noviembre 2015

A questão ambiental, mais que uma problemática ecológica, é uma crise do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com que a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da racionalidade científica e tecnológica com que se dominou a natureza e se economicizou o mundo moderno; das relações e interdependências entre esses processos materiais e simbólicos, naturais e tecnológicos. (Leff, 2010, p.190).

A implementação desta nova proposta comunicacional depende menos de competência técnica e mais de uma disposição política e mesmo coragem para enfrentar desafios importantes, como a mudança de paradigma na relação entre economia e sociedade, mediada por atributos básicos da sustentabilidade, que implicam na adoção de um modelo que priorize o consumo consciente, a utilização responsável dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade e a busca incessante de fontes renováveis de energia.

Considerações finais.

É forçoso reconhecer que o atual processo de governança ambiental global está esvaziado porque a opção pelo centralismo nas decisões, com o favorecimento das nações hegemônicas e de setores tradicionalmente avessos à sustentabilidade (petroquímica, agroquímica, biotecnologia, agricultura de exportação, mineração, siderurgia, dentre outros) impede a consolidação de uma cidadania ambiental planetária.

Na verdade, este modelo de governança reproduz a coalização de forças políticas e econômicas que sustentam privilégios e monopólios e que insistem, pela volúpia do lucro a curto prazo, em postergar a adoção de providências, cada vez mais urgentes, para frear o agravamento da questão ambiental. Ele contribui para consolidar uma perspectiva equivocada que aposta nas vicissitudes do progresso técnico como solução para o impasse

ambiental, de que resulta, como se pode facilmente observar, na ausência de uma prontidão para o enfrentamento do impacto provocado pelas mudanças climáticas.

Enquanto as reuniões de caráter global, como as cúpulas mundiais, se sucedem, alimentadas por um discurso grandiloquente mas estéril, os efeitos sensíveis do aquecimento global se manifestam de várias formas, penalizando a produção agrícola, multiplicando o número e a intensidade dos fenômenos climáticos (enchentes, secas prolongadas, tsunamis etc.), com o incremento absurdo de vítimas em todo o mundo, de que são exemplos contundentes as legiões de refugiados ambientais e os que não têm acesso à água e à comida.

Os investimentos em energias alternativas renováveis têm sido menores do que os que caracterizam os regimes de urgência, como o que atravessamos, o que contribui para manter a dependência em relação aos combustíveis fósseis, cada vez menos generosos e mais caros, e, por conseguinte, para agravar o processo de emissões de gases de efeito estufa.

A superação deste dilema ambiental requer medidas cada vez mais urgentes e que incluem a vontade política, o comprometimento de todas as nações, o foco na busca de soluções a curto, médio e longo prazos e a definição de metas a serem efetivamente cumpridas. Para que isso ocorra, é preciso também alterar o modelo de comunicação ambiental, hoje reduzida a manifestações episódicas das autoridades, sejam elas governantes ou especialistas, por ocasião dos grandes eventos, configurando um discurso vazio, quase sempre descolado da adoção de boas práticas, que, quando assumidas, se desenvolvem de forma lenta e incompleta. É indispensável viabilizar uma comunicação ambiental comprometida com a mudança profunda e rápida na maneira de encarar as mudanças climáticas, ao mesmo tempo competente para promover a mobilização dos cidadãos de todo o mundo e revolucionária para implementar as medidas que se mostram urgentes.

A entrada em jogo de um número ampliado de interlocutores, a politização do debate que impede o predomínio do racionalismo econômico e financeiro, a suspeita em relação à tecnologia como salvaguarda para a gestão incompetente e predadora dos recursos naturais, as novas formas de interação, como os ambientes virtuais, certamente poderão moldar uma comunicação de que resultará uma governança ambiental mais democrática e mais justa. É fundamental que esta confiança não signifique apenas mais uma utopia (ainda que as utopias movimentem o mundo) porque, embora os cétricos insistam em não acreditar, a ação humana devastadora, mais do que a tecnologia, terá a capacidade de definir o futuro do planeta e das nossas condições de vida.

Referências.

Abramovay, Ricardo. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Editora Abril, 2012.

Bueno, Wilson da Costa. Comunicação e sustentabilidade: aproximações e rupturas. *Razón y Palabra*. México. Vol 17 (79), maio/junho de 2012. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05_Costa_M79.pdf . Acesso em 20 de maio de 2015.

Castells, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Porto- Gonçalves, Carlos Walter; Haesbaert, Rogério. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo:UNESP, 2006.

Porto -Gonçalves, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Leff, Enrique. *Discursos sustentáveis*.São Paulo: Cortez Editora, 2010.

Leff, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006

Oliveira, Sonia Maria Barros de. Base científica para a compreensão do aquecimento global. In: VEIGA, José Eli da. *Aquecimento global: frias contendidas científicas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2008, p.17-54.

Santos, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo:Hucitec, 1996.

Shiva, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia, 2003.

Veiga, José Eli da. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013.

Veiga, José Eli da. *Aquecimento global: frias contendidas científicas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

¹ Jornalista, professor do programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com mestrado e doutorado em ciências da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Já orientou mais de uma centena de dissertações e teses em Comunicação/Jornalismo e tem inúmeros livros publicados, dentre eles *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente* (All Print, 2007). Editor de inúmeros portais em Comunicação/Jornalismo. Atua como consultor na área de Comunicação Empresarial/Organizacional e Jornalismo Especializado. Diretor da Comtexto Comunicação e Pesquisa.

² Os objetivos foram fixados durante a realização de evento em Nova Iorque (Cimeira do Milênio) e podem ser consultados no documento oficial da ONU disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf. Acesso em 10 de junho de 2015.

³ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ver maiores informações no link: <http://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>. Acesso em 11 de junho de 2015.

⁴ “O forçamento radioativo indica alteração no balanço entre a radiação que entra e a que sai da atmosfera, provocado por mudanças nas concentrações de gases. Quando é positivo, ela revela aquecimento.” (VEIGA, 2013, p.82).

⁵ 4) O manifesto ecomodernista pode ser encontrado, em sua íntegra, em <http://static1.squarespace.com/static/5515d9f9e4b04d5c3198b7bb/t/552d37bbe4b07a7dd69fcd6bb/1429026747046/An+Ecomodernist+Manifesto.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2015. Reportagem a respeito foi publicada pelo jornal Valor Econômico em 12 de junho de 2015, intitulada Economodernistas em movimento.

⁶ Ver a respeito reportagem publicada na Folha de S. Paulo, assinada por Marcelo Leite, com o título Empresários e ONGs lançam coalizção por clima e florestas. São Pau, 25 de junho de 2015, p. B11.